

## Entrevista

### OS RIOS, O MEIO AMBIENTE E AS ORGANIZAÇÕES MULTINACIONAIS

*Entrevista com o ambientalista GLENN SWITKES, coordenador do International Rivers Network, realizada por Tânia Franco, da equipe de Pesquisadores do CRH\**

**T.F.** - *Quais as tendências dos grandes projetos de aproveitamento dos rios, no mundo de hoje?*

**G.S.** - A instituição à qual estou ligado, o IRN, trabalhou até hoje unicamente sobre as grandes barragens, questionando a sua necessidade e a sua prioridade para trazer benefícios econômicos, face aos problemas ambientais e sociais que esses projetos sempre trazem. Estimativas para o final do século, incluindo o grande projeto para a China, indicam o reassentamento de mais de 100 milhões de pessoas no mundo inteiro. Ampliamos a nossa visão, incluindo, também, grandes projetos que atingem bacias fluviais, como os de irrigação, transporte com hidrovias ou mudanças de curso e rios (a exemplo do Rio São Francisco, no Brasil e do Rio Colorado, nos EUA), que implicam grandes áreas de desmatamento.

Consideramos que esta é uma questão chave de desenvolvimento sustentável: o aproveitamento racional e bem planejado de sistemas fluviais que são o eixo da vida em vários países do mundo. Nos últimos 40/50 anos estes sistemas foram vistos como oportunidades para grandes obras de engenharia (muitas vezes com pouca justificativa econômica), viabilizadas, em certos

---

\* Esta entrevista foi realizada durante o Treinamento Nacional do LEAD - Leadership for Environment and Sustainable Development, Programa coordenado no Brasil pelo Prof. Dr. Henrique Rattner.

O IRN é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 1985 por um grupo californiano de hidrólogos, engenheiros e ambientalistas, para atuar junto a organizações locais de diversos pontos da Terra, subsidiando-as tecnicamente, dando-lhes visibilidade internacional e reforçando suas ações visando a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos, particularmente no tocante aos impactos devastadores de grandes barragens e uso predatório dos rios.

Funcionando também como um canal de comunicação e informação, o IRN mantém a publicação de duas newsletters: WORLD RIVERS REVIEW e BANKCHECK QUARTERLY, além do NEWS SHEET, que apresenta a compilação de resumos de artigos de 60 publicações concernentes aos rios e recursos hídricos do mundo. O IRN é membro associado da Friends of the Earth International e pode ser contactado através do seguinte endereço: International Rivers Network, 1847 Berkeley Way - Berkeley CA 94703, USA, Tel (510) 848-1155, Fax (510)848-1008, E-mail: im@igc.apc.org.

casos, por processos de corrupção através de grandes empresas, que muitas vezes são os elementos que estão empurrando estes projetos. Agora, por exemplo, em conjunto com outras entidades, conseguimos entrar no Banco Mundial para pressionar por uma política de recursos hídricos e para que o Banco pare de financiar grandes barragens, pois o Banco Mundial é quem tem realmente financiado a sua construção.

Observa-se, também, como uma outra tendência, a privatização desses projetos, como o de Ribeira do Iguape em São Paulo e no Paraná, através da construção de barragens com financiamento privado, ligado às empresas de alumínio. A privatização desses empreendimentos significa um distanciamento da sociedade civil e sua exclusão da tomada de decisões. Decisões de governo devem ter pelo menos algum canal para que a sociedade civil possa interferir, buscar informações. Então isso implica uma nova fase na implementação dessas obras. Nos EUA praticamente já acabou a era da concepção de barragens. A decisão do governo atual é de que a época das barragens já passou. Isto pode mudar, a depender das administrações. Mas a mensagem está muito clara: mesmo para plantas nucleares existem alternativas viáveis para essas grandes obras de engenharia, a longo prazo, e chegou o tempo de olharmos todas as alternativas e de ver como podemos aproveitá-las.

*T.F. - O esgotamento constatado nos EUA ocorre em todos os países?*

**G.S.** - Não. É o mesmo caso da energia nuclear. As empresas não têm mais a possibilidade de construir obras desse tipo nos EUA, e por isso estão tentando implementar tais projetos em outros países.

*T.F. - Esses países são menos exigentes em questões ambientais?*

**G.S.** - Exatamente. As barragens são sempre cercadas por uma aura de desenvolvimento, trazem eletricidade e criam muitos postos de trabalho, no curto prazo. São importantes para governos que querem mostrar que estão fazendo coisas, grandes obras. É a mesma coisa dos faraós... dá a imagem do Presidente como grande construtor, grande empreendedor, grande líder. É difícil recusá-las, especialmente quando os bancos multilaterais estão tentando viciar esses governos, dando empréstimos para esses projetos, e usualmente eles contam com pouca oposição da sociedade civil, que talvez não esteja bem informada e organizada sobre os mesmos. Na China, um dos países que no presente mais constróem barragens, pessoas já foram para o cárcere por se oporem às mesmas. Há exceções. Na Índia a sociedade civil está bem organizada e há movimentos muito fortes contra as barragens, que incluem povos indígenas daquele país. Foi assim com uma barragem financiada pelo Banco Mundial, que encheu até certo nível e o povo continua batalhando para não a encherem totalmente, pois isto desalojaria

muito mais pessoas do que as até então deslocadas. Já o projeto China tem a participação de várias companhias e o IRN está trabalhando para convencer financiadores multilaterais a não financiarem um projeto que deslocará um milhão de pessoas, inundará cidades inteiras e sítios ecológicos únicos, de maneira injustificável. Isto só com um governo autocrata e ditatorial, como o da China...

**T.F.** - *Como as instituições multilaterais vem tratando a questão ambiental?*

**G.S.** - Infelizmente não houve mudanças profundas. Nos últimos 10 anos desenvolveram-se campanhas sobre Bancos multilaterais e seu comportamento em termos de empréstimos, especialmente na área ambiental e social. Um dos projetos que empurrou essa campanha foi o POLONORDESTE, que gerou grande polêmica a nível mundial e mostrou que o Banco Mundial estava realmente sendo a máquina, o motor de destruição das florestas em Rondônia, no Mato Grosso. Há, portanto, algumas mudanças que temos que reconhecer. Por exemplo: **1)** Os escritórios do Meio Ambiente estão bem maiores. Antes o Banco Mundial tinha 5-10 pessoas no escritório de Meio Ambiente, agora deve ter entre 300-500, não sei exatamente, o BID também. **2)** Várias regras foram definidas quanto a recursos hídricos, florestas... que representam avanços.

**T.F.** - *E o que ocorre com relação à poluição industrial?*

**G.S.** - Na prática tudo é outra história. No Banco Mundial, depois de um projeto entrar no *pipe-line* para ser considerado, ele nunca é rejeitado. Ou seja, nunca foi rejeitado um projeto que tenha chegado ao nível do debate entre os diretores executivos. Poucas vezes ocorreu algum voto contra. Lembro um caso em que o Diretor Executivo dos EUA votou contra um projeto, que passou de qualquer maneira. Foi um voto simbólico.

Por outro lado, houve mudanças nas políticas de diversos países. Nos EUA, por exemplo, foi estabelecida uma regulamentação com várias exigências e orientações para o Diretor Executivo do Banco Mundial e de outros Bancos, sobre que tipo de projeto deveria ser rejeitado. Melhorou a política de acesso à informação, estando disponível na Internet uma lista de documentos a cada mês, dos quais se pode solicitar cópia. Houve também a criação do que se chama "Painel de Inspeção", que é um painel de juízes ligados aos Bancos mas que opera independentemente. No caso do Banco Mundial ocorreram três casos até agora, mas isto é um processo muito recente, não sabemos ainda dos seus resultados concretos. O primeiro caso foi de uma barragem no Nepal, em que foram realizados vários encaminhamentos em contradição com as próprias regras do Banco. Esses painéis operam recebendo queixas das pessoas atingidas por barragens. Qualquer pessoa pode levar um caso a esses painéis. Em termos ideais isto resultaria em um pro-

cesso em que o Banco, tendo contrariado suas regras, deveria reformular... Mas não está claro como funcionarão os painéis. E recebemos informações de que os Bancos estão querendo mexer com o painel de inspeção, querendo influenciar o painel que deveria funcionar independentemente.

Com relação a esses mecanismos (que só foram conseguidos mediante muitas pressões da sociedade civil durante os últimos anos), eu sou muito pessimista, face aos projetos que os Bancos estão financiando atualmente. Por exemplo, temos a continuidade dos grandes projetos regionais de desenvolvimento, com a abertura indiscriminada de estradas e pólos industriais. Projetos com grandes obras de infra-estrutura, como a limpeza do Rio Tietê, com custos em torno de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, que talvez não utilizem as tecnologias mais apropriadas, nem considerem os problemas ambientais e sociais que devem ser tratados da mesma forma. Já nos projetos de grandes barragens, está ficando cada vez mais difícil para os Bancos entrarem.

Também não vemos progresso no tocante à participação da sociedade civil na fase de elaboração desses projetos. Estou um pouco pessimista e achando que o Banco Mundial realmente não é uma instituição interessada em termos do Desenvolvimento Sustentável. Recentemente o Banco Mundial fez publicações e adotou uma postura mais real, não mais com o discurso de "ajuda aos pobres..." porém dizendo que a cada dólar emprestado ao Terceiro Mundo retornam dois dólares para empresas nos EUA, sob a forma de contratos, consultorias, tecnologia... Esse é o trabalho do Banco Mundial.

Por ocasião do aniversário do PNUD, este afirmou que a cada dólar enviado ao Terceiro Mundo retornam três para empresas norte-americanas. Temos que entender que, verdadeiramente, essas são as justificativas para a existência dessas organizações. São aspiradores que empurram financiamentos para projetos de grande porte e nunca para projetos interessantes para as comunidades.

*T.F. - Ao longo desse período, mudou o discurso dessas instituições com relação à questão ambiental?*

**G.S.** - O discurso mudou muito... biodiversidade, fundo indígena... elas reconheceram a importância dessas questões e perceberam que o público, as ONGs, a sociedade civil nos países em desenvolvimento, estão realmente reclamando e querendo que eles prestem atenção a esses problemas. Os grupos ambientalistas nos EUA adotaram uma postura muito forte face ao Banco Mundial. Mas até que ponto a prática dessas instituições financiadoras mudou é um ponto de discussão. Não vejo mudança, talvez muito gradual, talvez daqui a 50-100 anos os Bancos sejam mais conscientes do seus empréstimos, mas quem manda ainda são as questões econômicas, as

questões políticas, e não um compromisso forte com o Desenvolvimento Sustentável.

**T.F.** - *E com relação à poluição, eles falam abertamente na transferência das fontes industriais para países do Terceiro Mundo. Como esse discurso está sendo colocado?*

**G.S.** - Não estou envolvido nesta questão. Mas sei, por exemplo, que existe um braço do Banco Mundial chamado IFC (International Finance Corporation) que trabalha somente com empresas e concede empréstimos para suas atividades. Exigem um estudo de impacto ambiental, mas, de fato, se você observar a totalidade, o portfólio dos Bancos, o tipo de empréstimos que estão fazendo, o tipo de indústria que estão financiando, sempre permanece um pouco essa idéia de transferir as tecnologias poluentes... Sabem que os países do Terceiro Mundo, dentro da perspectiva de globalização da economia, não vão ter oportunidade para desenvolver indústrias mais suaves, que as oportunidades vão ser de empreendimentos de siderurgia, químicas... Isto porque os países do norte têm regras mais rigorosas e não querem essas indústrias, é mais difícil justificar essas indústrias. O MERCOSUL e, talvez, o NAFTA, nas Américas, pode representar uma oportunidade para transferir essas indústrias para lugares onde não há leis exigentes. Ou às vezes há leis mas sem um estrutura adequada para que elas sejam cumpridas, como é o caso do Brasil.

**T.F.** - *Em relação a outras instituições globais, como a ONU, houve mudanças de posição e discurso com relação à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável?*

**G.S.** - Quando falamos da ONU, estamos falando basicamente do PNUD, que trata desses assuntos. Houve uma briga entre nós, IRN, e o PNUD, em São Francisco, durante o aniversário da ONU. A ONU age muitas vezes, como na questão da Hidrovia Paraná-Paraguai, do rio Mekong, do rio Tumen (um projeto desenvolvido para criar uma zona livre de comércio internacional na região entre a Coreia do Norte, a Rússia e a China, uma área grande e de importância ambiental), fazendo estudos de viabilidade para essas grandes obras e colocando o selo da ONU para mostrar que foram feitos estudos, que não vai haver problemas, para legitimar o processo.

Essa é a nossa preocupação com a questão das hidrovias, pois no caso do rio Mekong, por exemplo, os estudos foram interessantes, mostraram uma série de impactos das barragens sobre as espécies. Mas os impactos ambientais sérios não constam do Relatório final e o projeto recebeu o selo de aprovação do PNUD. Lógico que temos que olhar a diferença, o GAP entre o discurso da agência e a realidade, uma vez que Desenvolvimento Sustentável, desde a Conferência do Rio de Janeiro, virou uma coisa, um clichê que

muitas vezes não tem significado nenhum. Cada um tem um entendimento do que significa Desenvolvimento Sustentável. No meu caso, acho que é fundamental a participação da sociedade e o envolvimento de populações regionais, de populações tradicionais, populações geralmente marginalizadas no processo. E tudo isso entra no discurso do PNUD, e tenho certeza de que eles têm alguns projetos muito bonitos. No caso da Hidrovia Paraná-Paraguai estamos com muita dificuldade de acesso ao PNUD para que este cumpra suas próprias intenções declaradas. Isso mostra que eles estão muito sujeitos às pressões dos governos. Eles têm a responsabilidade de representar todos os governos do mundo, então qualquer governo corrupto pode vir e dizer "queremos ajuda nesse projeto..." e para o PNUD fica difícil dizer "não podemos entrar nisso...". O presidente do PNUD, Gustave Speth, é um ambientalista, já trabalhou para o Instituto de Recursos Mundiais em Washington, foi chefe do Conselho de Qualidade Ambiental do Presidente Carter, nos EUA. Mas dentro do PNUD há os mesmos burocratas de sempre, que têm 10-20 anos trabalhando lá, e uma relação muito "amiga" com os governos, muito útil para os governos aproveitarem, e conseguirem financiamento para seus projetos. Financiamentos que vem do PNUD são doações, não empréstimos. Há um bilhão e quatrocentos milhões de dólares/ano para esses projetos. É difícil. Então acho que essa questão da Hidrovia Paraná-Paraguai é uma boa prova para o PNUD. Parece que abrimos algum espaço, eles estão se movimentando e se comprometeram a responder formalmente dentro de alguns dias uma carta que mandamos para o Presidente do PNUD, com cópias para 55 representações oficiais de governos norte-americanos, europeus, de ONGs no mundo inteiro. Esta carta foi endossada por cinquenta a sessenta ONGs de trinta e poucos países. Temos que fazer uma forte pressão.

São situações sérias, que precisam de mecanismos para serem agilizadas no PNUD, viabilizando a participação e o acesso à informação como direitos básicos das populações afetadas por seus projetos. Mas isto não deve virar polêmica no sentido de que somos inimigos do Desenvolvimento Sustentável, da mesma maneira como para as grandes empreiteiras somos inimigos do desenvolvimento.

Tenho esperança de que o PNUD vai poder agilizar algum processo de participação que vai resultar em um estudo bem melhor do que os até então executados.

**T.F.** - *Quais as estratégias, práticas de cooperações e alianças que você considera mais efetivas e conseqüentes para imprimir novos rumos ao tratamento da questão ambiental?*

**G.S.** - Trabalhamos em colaboração, em parceria com grupos de vários países, tanto europeus quanto da América do Sul. Creio que são fundamentais,

primeiro, a questão da capacitação e dos recursos (equipamentos, recursos financeiros) para grupos de países em desenvolvimento, conforme afirmado na Conferência do Rio; da transferência de tecnologia e capacitação. Porque não posso implantar um projeto no Brasil, mas o povo da região pode. Deve ser da nossa responsabilidade que o germe, a idéia da proposta, seja da região; as estratégias têm que ser elaboradas pelos grupos da sociedade civil dos países em desenvolvimento e também desenvolvidos, juntos, em parceria, aproveitando nossos contatos internacionais, nossa facilidade em contactar os bancos, em utilizar instrumentos de pressão face a essas instituições multinacionais. Mas nos colocando sempre em uma posição de apoio. A campanha da Hidrovia Paraná-Paraguai, por exemplo, não é nossa, não somos nós que vamos determinar como vai sair o projeto. Podemos ajudar de muitas maneiras, mas se os grupos locais e regionais não responderem, não vamos conseguir. Nossa maneira de trabalhar é a de facilitar oportunidades para parceiros. Ou seja, se há um projeto que acho que é um crime, eu não vou entrar e batalhar contra esse projeto se não houver o respaldo da sociedade civil a nível local, regional, que realmente possa assumir o compromisso de entrar na batalha, com propostas claras e compromissos fortes para seguir.

Somos uma organização relativamente pequena, trabalhamos em muitos países, então, trabalhamos muitas vezes como facilitadores. Não ficamos na linha de frente da batalha, estamos um pouco atrás, com condições de melhorar a atuação dos grupos em termos de informações sobre tecnologias, sobre outras ocorrências, como por exemplo, a situação do rio Mississipi e do Reno, onde houve problemas sérios nos últimos anos devido à canalização. Nosso interesse maior é trabalhar no campo com grupos regionais, mais do que com alguns grupos nacionais com até um milhão/dois milhões de dólares de orçamento anual. Temos mais interesse em trabalhar com o desenvolvimento de grupos regionais, que embora tenham muito pouco acesso a recursos são grupos com muita energia, muita determinação, que conhecem sua área, que vão morar lá. Não são grupos da cidade falando de uma área úmida na floresta amazônica, por exemplo. São pessoas da região, que vão morar lá o tempo inteiro e que têm algum motivo de longo prazo para trabalhar nisso. Também acho importante abrir as redes tanto a nível regional como internacional. No caso a Hidrovia Paraná-Paraguai, por exemplo: representante do Bureau Europeu do Meio Ambiente participou da reunião realizada agora em Assunção, da Coligação Rios Vivos Paraguai-Paraná-Plata. O Bureau tem, mais ou menos, 150 grupos envolvidos. Isso facilita a divulgação da problemática da Hidrovia, os pedidos de colaboração na área de financiamento, de solidariedade, de apoio técnico e divulgação.

Essa é a idéia de parceria: que várias pessoas e organizações tenham facilidade em fazer alguma coisa juntos, de forma complementar. Sou jornalista,

trabalho com comunicação, filmes, vídeos, posso facilmente dar uma assessoria nesta área. Outras pessoas, cientistas, hidrólogos, podem trazer melhor qualidade de informações técnicas e análises. Acho que a rede deve ser a mais diversa possível. Acho importante envolver movimentos sociais junto com movimentos ambientais, especialmente em países como o Brasil, onde as duas questões são inseparáveis. Acho que há muitas oportunidades, e a coisa mais importante, que muitos grupos no Brasil não entendem, é o conhecimento dos canais de pressão a nível internacional.

Eles se acostumaram a este bate-papo: "Ah! você vai lá na Secretaria Estadual. Oh rapaz! como que você está? Sabe que preciso de um documento, você pode dar um jeito nisso e tal..." toma um cafezinho, convida ele para tomar uma cerveja... Não se trabalha assim nos EUA. Lá é carta oficial, com cópias para as pessoas que vão fiscalizar esse pedido. É um pouco diferente, acho que as duas maneiras de trabalhar são importantes, mas os grupos aqui têm que entender: um projeto como a Hidrovia Paraná-Paraguai, por exemplo, está sendo desenvolvido em Buenos Aires, New York, Washington. E temos que aproveitar as diversas possibilidades de fazer pressões e de dialogar nesses lugares, e não somente no nível regional. Porque pode-se fazer qualquer coisa no nível regional, e depois o BID diz: "Ah! então vamos dar esse financiamento para o projeto", à revelia dos esforços locais. Por isso mesmo, é importante trabalhar tanto localmente como globalmente.